

O Mercosul em meio à crise

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

Professora Doutora, IFSP/Registro, Brasil

d.dayana@hotmail.com

RESUMO

Desde o ano de 2016 os quatro Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - estão vivenciando crise políticas e econômicas internas que não podem ser compreendidas sem observarmos o contexto regional sul-americano. Com a pandemia do novo coronavírus, a crise ganhou também uma dimensão sanitária, cujos rebatimentos no ano de 2021 tornou a comemoração dos trinta anos do bloco um momento de reflexão em torno da efetividade do processo de integração, em decorrência da ausência de uma gestão territorial que contemple as necessidades mercosulinas. O objetivo desse texto é discutir sobre as medidas adotadas no âmbito do Mercosul diante da crise pandêmica, econômica e política da atualidade. A metodologia utilizada para a elaboração do texto incluiu uma revisão bibliográfica sobre o processo de integração regional no Mercosul e a análise de notícias sobre a situação e as medidas adotadas para conter os efeitos da crise na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Regional. Crise. Mercosul.

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XVI, os países latino-americanos participam da hierarquia do sistema-mundo moderno colonial como subalternos. Essa posição foi imposta pelos padrões de colonialidade e modernidade baseado na experiência europeia, que inclusive, só foi reconhecida como o centro do sistema capitalista em função da construção geosocial da América (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992).

Mesmo diante da impossibilidade de alcançar o padrão de desenvolvimento europeu, os países latinos lançam mão de estratégias para tentar superar o abismo que possuem em relação ao centro do sistema-mundo. Dentre essas estratégias, podemos citar a adoção da política para a substituição de importações da primeira metade do século XX. Podemos indicar também as iniciativas de integração regional a partir da quebra dos acordos cobertos pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), das quais o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi um dos principais.

O MERCOSUL foi criado no contexto do regionalismo aberto, de liberalização das economias e da consequente inserção competitiva dos países no mercado internacional. A fim de contemplar as demandas verticais, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, viram a oportunidade de aumentar o poder de barganha nas negociações internacionais através do bloco.

Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, que instituiu o bloco, o MERCOSUL ainda não atingiu uma das primeiras e principais metas: tornar-se um mercado comum nos primeiros anos após sua formação. Inclusive, essa foi uma meta baseada na experiência europeia de integração, desconsiderando o desenvolvimento histórico e as particularidades dos países envolvidos nas duas iniciativas. O espelhamento na experiência da União Europeia é a mostra que a imposição do padrão europeu abrange todas as esferas da organização econômica, política e social não só dos Estados Partes do Mercosul, como de todos os países latinos.

Mesmo com o “giro à esquerda” a partir de 2003 e com alguns avanços no âmbito do debate sobre as assimetrias no bloco, as mudanças não foram estruturais, por isso, demonstraram-se insuficientes para quebrar os padrões impostos de modernidade e

colonialidade que incidem diretamente na organização e funcionamento do bloco, como é o caso das relações assimétricas e dependentes com os países centrais.

A partir de 2016, o enfraquecimento do processo de integração regional foi acentuado. Os marcos desse enfraquecimento foram: a eleição do ex-presidente argentino Maurício Macri e o impeachment da ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff. Estes acontecimentos foram seguidos por declarações pró-flexibilização do bloco.

O atual contexto de crise pandêmica, política e econômica tem evidenciado a fragilidade política e institucional do bloco. Além disso, a crise que estamos vivendo impõe novos desafios e demanda novas respostas a problemas que tiveram suas consequências ampliadas neste período, como é o caso das assimetrias e desigualdades regionais.

O objetivo desse texto é discutir sobre as medidas adotadas no âmbito do Mercosul diante da crise pandêmica, econômica e política da atualidade, cujos efeitos tem assolado todos os membros do bloco.

A metodologia utilizada para a elaboração do texto incluiu uma revisão bibliográfica sobre o processo de integração regional no MERCOSUL e a análise de notícias sobre a situação e as medidas adotadas para conter os efeitos da crise nos Estados Partes.

Para tanto, o texto está dividido em duas partes principais. A primeira, “O processo de integração regional no Mercosul: antecedentes e evolução”, trata resumidamente sobre a aproximação entre Argentina e Brasil e a conseqüente formação do Mercosul, incluindo também Paraguai e Uruguai, além do processo e crise da integração no bloco. A segunda parte, “Os efeitos da pandemia no Mercosul e as medidas adotadas diante da crise”, indica as decisões tomadas no âmbito do bloco para conter os efeitos da pandemia, bem como apresenta a situação individual de cada país.

2 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MERCOSUL: ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO

O Mercosul é fruto da aproximação pretérita de Argentina e Brasil, cujo efeito foi a substituição da geopolítica do conflito pela cooperação na Bacia do Prata. Segundo Oliveira (1998), a aproximação entre os dois países se deu, dentre outras coisas, pelo acordo para a utilização de recursos hídricos na Bacia do Paraná e pelo posicionamento do Brasil pró-Argentina na Guerra das Malvinas. A aproximação entre os dois países resultou no Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) – 1986 e no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD) – 1988-1991. Esses acordos tiveram como intuito promover e ampliar progressivamente a cooperação entre os dois países.

Em decorrência dos resultados dos acordos mencionados no parágrafo anterior, Paraguai e Uruguai também aderiram ao processo de integração. Os quatro países, após assinar o Tratado de Assunção, em 1991, criaram o Mercosul e passaram a ser denominados como Estados Partes – nomenclatura adotada para os membros-efetivos do bloco. O mapa a seguir (Figura 1), mostra a participação dos países sul-americanos no Mercosul.

Figura 1 – Mapa da participação dos países sul-americanos no Mercosul



Mapa elaborado pela autora

Conforme mencionado anteriormente, o Mercosul foi espelhado na experiência europeia de integração, reproduzindo como estratégia de inserção internacional o padrão europeu de desenvolvimento e organização política. Mas, esse espelhamento não considerou que o próprio mercado comum formado pela União Europeia em 1992 vinha passando por um intenso paulatino de integração desde a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951, bem como da criação da Comunidade Econômica Europeia em 1957.

Os caminhos seguidos para a integração entre União Europeia e MERCOSUL foram distintos, pois no caso do MERCOSUL, apesar de algumas iniciativas serem parecidas àquelas tomadas na União Europeia, elas não renderam o mesmo efeito. Isso ocorreu por conta da distinção na natureza dos acordos, das capacidades em arcar com os custos da integração (sobretudo em relação aos transportes), do estabelecimento de metas ambiciosas a serem cumpridas em um curto prazo etc. (CRUZ, 2019, p. 33).

A meta ambiciosa do Mercosul era atingir logo nos primeiros anos o status de mercado comum. Diante da frustração, o Mercosul permanece como união aduaneira imperfeita, mantendo, portanto, uma lista de exceções para a tarifa externa comum (KUME; PIANI, 2011), mesmo após trinta anos da assinatura do Tratado de Assunção.

O Mercosul permaneceu durante muito tempo focado apenas nos aspectos econômicos da integração regional. Com o “giro à esquerda” de 2003, o bloco passou por um processo de inclusão de novas pautas decorrentes da mudança no cenário político regional.

Consequentemente, foram criados fóruns específicos para o debate sobre questões de gênero, direitos humanos, saúde, educação etc. Ainda que as discussões econômicas tenham continuado como protagonistas no âmbito do Mercosul, a criação do diálogo para a discussão de novos temas corroborou para a ampliação da concepção de integração na região, demonstrando que apesar de importante, o aspecto econômico não é o único a ser considerado, já que ele impacta e é impactado por todos os outros aspectos mencionados (saúde, educação, direitos humanos, questões de gênero etc.).

A partir do impacto econômico em todos os aspectos do processo de desenvolvimento e integração regional, no ano de 2004 foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) com o intuito de apoiar e financiar os projetos desenvolvidos no bloco, principalmente pelos membros menores (Paraguai e Uruguai). O fundo de cento e vinte e sete milhões de dólares, mantido por contribuições anuais, voluntárias e não-reembolsáveis feita pelos Estados Partes, considera a distribuição e contribuição dos recursos com base nas assimetrias existentes. Embora o valor total do fundo esteja aquém das necessidades mercosulinas, sobretudo dos membros menores, a proposta do fundo foi inovadora (LIMA, 2013; CRUZ, 2019).

Nos últimos cinco anos, o Mercosul tem sido caracterizado pela crise política e econômica. O grande exemplo dessa crise foi a suspensão e o boicote da Venezuela em 2016, cuja entrada no Mercosul foi ratificada em 2012. Após quatro anos de participação no Mercosul e em um cenário político distinto em relação à adesão venezuelana ao bloco, a criação de narrativas e discursos ideológicos em torno do cenário interno da Venezuela foi a base para que os demais Estados Partes tomassem a decisão de suspendê-la por tempo indeterminado do bloco, formalizada em agosto de 2017.

A pauta de exportação dos membros efetivos do Mercosul, majoritariamente composta por *commodities*, e a falta da condução e continuidade da adoção de medidas que retardassem os efeitos da crise econômica de 2008 nos membros efetivos do Mercosul.

Os efeitos da crise causaram grandes impactos em decorrência da nova mudança política nos países da região, cujo marco foi o impeachment da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e a eleição de Mauricio Macri, ex-presidente argentino. Neste contexto, adotou-se o discurso pró-flexibilização do bloco, que acompanhou o início da crise entre os quatro Estados Partes e a Venezuela, bem como as crises políticas e econômicas internas, as quais estão sendo agravadas pela pandemia do COVID-19.

3 OS EFEITOS DA PANDEMIA NO MERCOSUL E AS MEDIDAS ADOTADAS DIANTE DA CRISE

Logo no início da crise, no dia 18 de março de 2020, os Estados Partes do Mercosul assinaram a “Declaração dos presidentes do Mercosul sobre coordenação regional para a contenção e mitigação do coronavírus e seus impactos” (MERCOSUL, 2020). Na declaração, constava a necessidade de criação de um espaço de diálogo focado na problemática do COVID-19 para adoção de uma perspectiva estratégica e solidária.

Os países ratificaram os seguintes encaminhamentos: facilitar o retorno dos cidadãos residentes nos Estados Partes para seus respectivos países de origem; considerar as especificidades das regiões fronteiriças; notificar aos demais membros efetivos do bloco sobre

Fórum Ambiental da Alta Paulista

ISSN 1980-0827 – Volume 17, número 6, 2021

as medidas adotadas nas fronteiras; diminuir as barreiras para a circulação de insumos relacionados aos cuidados com a saúde, alimentação e higiene; avaliar a possibilidade de diminuir as tarifas aplicadas aos insumos ligados aos cuidados com a saúde em decorrência da emergência sanitária; organização de reuniões virtuais para o compartilhamento de informação, coordenação de ações e boas práticas; convocar organismos multilaterais de créditos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para avaliar ações conjuntas que sirvam para o enfrentamento do COVID-19 (MERCOSUL, 2020).

Apesar da importância dos encaminhamentos indicados, assim como em outras situações, a declaração permaneceu restrita ao discurso, pois na realidade, a coordenação entre os países para o enfrentamento da crise foi colocada em prática. No próprio site do bloco encontra-se a última medida efetivamente tomada de maneira conjunta entre os Estados Partes. Trata-se da aprovação emergencial de dezesseis milhões de dólares do Focem para o combate à pandemia em abril de 2020, momento em que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai somavam apenas duzentos óbitos (MERCOSUL, 2020b).

Embora a gestão inicial da crise apresente algumas diferenças, atualmente, em março de 2021, todos os países enfrentam os piores momentos da pandemia. A tabela 1 indica os números de casos confirmados e óbitos em Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai no dia 07 de março de 2021. Tais números foram aumentando juntamente com o aprofundamento das crises econômicas e políticas nos respectivos países.

Tabela 1 – Acumulado do número de casos confirmados e de óbitos por COVID-19 nos Estados Partes do Mercosul até o dia 07 de março de 2021. Exemplo de tabela

Países	População total	Casos confirmados	Óbitos
Argentina	45.541.623	2.149.636	52.880
Brasil	210.147.125	11.019.344	265.411
Paraguai	7.200.985	168.043	3.318
Uruguai	3.481.540	63.837	651

Fonte dos dados: Sistema Nacional de Emergencias (Uruguai); Ministério da Saúde (Brasil); Ministerio de Salud (Argentina); Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (Paraguai). Organizado pela autora.

O Brasil é o país com a pior gestão da crise no Mercosul. A dificuldade na coordenação política entre os entes federativos, o discurso do protagonismo e a disseminação de *fake news* compartilhadas pelo próprio presidente da república (Jair Messias Bolsonaro), a crise no Ministério da saúde e a troca de três ministros em um prazo de um ano, a dificuldade em estabelecer acordos para a compra de vacinas, e as controvérsias em relação à adoção de medidas de isolamento social, são algumas das características da má gestão brasileira diante dos efeitos da pandemia. Sobre a falta de coordenação política entre os entes federativos, Cruz (2020) ressaltou o seguinte exemplo:

O presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, contrariando as indicações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e sem respaldo científico, defendeu o “isolamento vertical” da população de risco composta por pessoas acima de sessenta anos, enquanto os governos estaduais declararam isolamento social para toda a população durante o período da quarentena, buscando achatar a curva viral do COVID-19 para que o Sistema Único de Saúde não entre em colapso. Um dos episódios mais marcantes da divergência entre os entes federados foi a reunião entre os vinte e sete

governadores dos estados brasileiros e do distrito federal, no dia vinte e cinco de março de 2020, que não incluiu o presidente da república (CRUZ, 2020, p. 156).

A má gestão brasileira preocupa os demais vizinhos sul-americanos e mercosulinos, bem como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). No dia dez de março de 2021, a Venezuela entrou com um pedido de intervenção na ONU para que o órgão intervenha na crise sanitária no Brasil, tendo em vista que a situação no país poderia ser configurada como um risco para a América do Sul. Em junho de 2020, a Venezuela já tinha enviado uma carta à ONU informando sobre a crise sanitária no Brasil.

No caso da Argentina, observa-se que expectativa inicial de Alberto Fernández ao assumir a presidência da república foi frustrada, pois ao assumir o cargo de presidente com alta popularidade no início de 2020 era esperado que seu governo superaria a crise deixada pelo governo antecessor do ex-presidente Mauricio Macri. Todavia, a pandemia do COVID-19 e a dificuldade de coalizar os interesses em um país polarizado tem sido um grande desafio para a atual gestão do governo argentino.

Diferente do Brasil, logo no início da pandemia em março de 2020 o país decretou quarentena e incentivou o uso de medidas de prevenção (distanciamento social, uso de equipamentos de proteção individual - EPIs), por isso não houve um pico da curva de contágio inicial. Todavia, a adoção rápida da quarentena criou descontentamento na oposição havendo a organização de protestos pedindo a volta à “normalidade” e criticando a “quarentena eterna”¹.

Em setembro do mesmo ano (2020), com a retomada das atividades em decorrência da flexibilização da quarentena, não houve a mesma adoção de medidas no interior do país em relação à capital. Este seria o motivo da rápida propagação do vírus e inclusão da Argentina na lista dos países com maior número de casos diários, ultrapassando o Chile, a Colômbia, o Peru e o México no mês de outubro de 2020². O país que antes era tido como um exemplo na América Latina viu rapidamente a propagação da doença em seu território nacional.

De início, o Uruguai também teve uma boa gestão da crise, porém atualmente sofre com o aumento do número de casos da doença. Inicialmente, os casos eram detectados e isolados, sendo a maior parte importados da Argentina ou do Brasil³. Porém, a falsa impressão de que o aumento de casos não seria tão severo como nos demais países. Após seis meses do início da pandemia, o número de casos começou a aumentar. Diferente dos vizinhos mercosulinos, a primeira etapa de vacinação no país começou com pessoas até 59 anos que ocupam cargos como profissionais da educação, bombeiros e militares⁴.

O Uruguai, preocupa-se com as cidades que estão localizadas na fronteira com o Brasil, sobretudo Rivera (cidade gêmea de Santana do Livramento no Rio Grandes do Sul). A Argentina

¹ Informação disponível na reportagem do El País (2020): “Argentina, de exemplo regional a país encurralado pela covid-19”, publicada em 15 de outubro de 2020.

² Informação disponível na reportagem da BBC (2020): “Covid-19: como a Argentina se tornou um dos cinco países com mais casos no mundo”, publicada em 16 de outubro de 2020.

³ Informação disponível na reportagem da Folha de São Paulo (2021): “Antes exemplo no combate à Covid, Uruguai vê alta recorde de casos”, publicada em 14 de janeiro de 2021.

⁴ Informação disponível na reportagem da BBC (2021b): “Covid-19: piora da pandemia no Brasil leva países vizinhos a reforçarem medidas nas fronteiras”, publicada em 13 de março de 2021.

também compartilha da mesma preocupação tendo decretado o fechamento da fronteira com o Brasil por conta da variante brasileiro do COVID-19, bem como o Paraguai, sobretudo em relação à circulação diária na Ponte da Amizade que conecta os dois países entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Em suma, a situação do Brasil é uma grande preocupação para os vizinhos mercosulinos, e não só para eles, como também para os demais vizinhos sul-americanos, já que o Brasil possui fronteiras terrestres com todos os sul-americanos, exceto Chile e Equador. Ademais, no mês de outubro de 2020, as fronteiras estavam abertas para a entrada de brasileiros apenas em 52 países do mundo⁵.

Diante do descontentamento com a gestão paraguaia no enfrentamento da pandemia, o colapso no sistema de saúde e a crise econômica da pandemia, no dia cinco de março de 2021, houve um protesto no país pró-saída do presidente Mario Abdo Benítez⁶ (REVISTA FÓRUM, 2021), que prosseguiu nos dias posteriores por conta da falta de infraestrutura hospitalar. Os manifestantes que sofreram represálias das forças policiais reivindicavam não só o impeachment, mas a adoção de uma nova postura diante da crise econômica e pandêmica⁷.

No caso do Paraguai, com a urgência sanitária causada pelo novo coronavírus, o governo do país comprou vacinas da China irregularmente, sem abertura de licitações⁸. As irregularidades da compra da vacina e as denúncias de superfaturamento na compra de EPIs aumentaram a especulação em torno da abertura de processo de impeachment do presidente. O impeachment não foi encaminhado, porém é inegável o aprofundamento da crise econômica e política no país.

De forma geral, encontramos similaridades nos desafios impostos em relação ao enfrentamento dos efeitos da pandemia nos quatro Estados Partes do Mercosul, sobretudo em relação à existência de grupos conservadores que pressionam o Estado para a “volta à normalidade”; a falta de recursos para a criação de novos leitos, para o incremento da infraestrutura hospitalar e para a compra de vacinas; o esgotamento dos recursos humanos da saúde; demandas impositivas pela adoção de reformas e reajustes neoliberais como alternativa para conter a crise; o acirramento da polarização política e transformação da adoção das medidas de prevenção em uma pauta partidária.

4 Considerações Finais

O Mercosul, criado com base na experiência europeia de integração, indicou, desde a assinatura do Tratado de Assunção, regras ambiciosas e metas impossíveis de serem atingidas. A desconsideração dos efeitos do histórico colonial e a perpetuação da busca pelo padrão de desenvolvimento alheio reforça o papel dos países no bloco como semiperiferias (Argentina e

⁵ Informação disponível na reportagem do Jornal do Comércio (2020): “Uruguai: viagens seguem suspensas para brasileiros, avisa Abav-RS”, publicado em 11 de outubro de 2020.

⁶ Informação disponível na reportagem da Revista Fórum (2021): “Má gestão na pandemia: Paraguaio tomam as ruas de Assunção em ato gigante contra o presidente”, publicada em 14 de janeiro de 2021.

⁷ Informação disponível na reportagem da Carta Capital (2021): “La gota que colma el vaso: como o colapso na saúde levou milhares às ruas no Paraguai”, publicado em 14 de março de 2021.

⁸ Informação disponível na reportagem da BBC (2021): “Covid-19: o colapso de saúde que levou multidões às ruas e ameaça presidente do Paraguai”, publicada em 09 de março de 2021.

Brasil) e periferias (Paraguai e Uruguai), os quais são subjugados às posições inferiores na hierarquia do sistema mundial.

Mesmo com a ampliação na pauta de discussão no bloco entre os anos de 2003-2015, as mudanças na organização e gestão no bloco não foram estruturais, o que explica a rápida e avassaladora crise iniciada em 2016, cujos pilares foram a defesa da flexibilização no bloco, o boicote à Venezuela, e o golpe institucional ocorrido no Brasil. Os primeiros resultados foram: o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, a partir dos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, bem como a adesão da Argentina à Aliança do Pacífico como “Estado Observador”.

Na América do Sul, a crise na integração regional não foi exclusiva do Mercosul. A União das Nações Sul-Americanas vivenciou uma crise ainda mais severa com a saída voluntária da maior parte de seus membros: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. A saída dos países se deu para a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), em março de 2019, baseada na pretensa “neutralidade” e “desburocratização do processo de integração”.

A crise do processo de integração regional no Mercosul deve ser entendida como parte de um movimento regional imbricado nas transformações do cenário político sul-americano. Essa crise está sendo agravada pela pandemia do novo coronavírus, cujo impactos econômicos têm tornado ainda mais frágil a capacidade de coordenação de políticas econômicas e sociais no bloco.

Observa-se o descomprometimento (sobretudo do Brasil) e a lentidão em criar e propor medidas que visem minimizar os impactos da crise em curso, ou ainda, que busquem a cooperação como possibilidade para a compra de vacinas ou realização de pesquisas.

Em 2021, no ano de comemoração de trinta anos do bloco, a crise política, econômica e sanitária que assola o Mercosul tem colocado à prova a efetividade do processo de integração regional, fruto da ausência de uma gestão do território que contemple de fato as necessidades dos países envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC. **Covid-19: como a Argentina se tornou um dos cinco países com mais casos no mundo**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54576548>, acesso em 15 de março de 2021.

_____. **Covid-19: o colapso de saúde que levou multidões às ruas e ameaça presidente do Paraguai**. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/protesto-contr-gestao-da-pandemia-termina-em-incidentes-violentos-no-paraguai-24912945>, acesso em 10 de março de 2021.

_____. Covid-19: piora da pandemia no Brasil leva países vizinhos a reforçarem medidas nas fronteiras. **2021b**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56360055>, acesso em 15 de março de 2021.

CARTA CAPITAL. **La gota que colma el vaso: como o colapso na saúde levou milhares às ruas no Paraguai**. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/la-gota-que-colma-el-vaso-como-o-colapso-na-saude-levou-m-no-paraguai/>, acesso em 16 de março de 2021.

CRUZ, D. A. M. O. O papel do Brasil no processo de integração regional no MERCOSUL. **Revista Formação (online)**, v. 25, p. 27-46, 2018.

_____. O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM): um debate sobre assimetrias e integração regional. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 21, p. 43-51, 2019.

_____. O pacto federativo brasileiro e o planejamento regional em tempos de crise. *Terra Livre*, v. 1, p. 141-169, 2020.

EL PAÍS. **Argentina, de exemplo regional a país encerrado pela covid-19**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-15/argentina-de-exemplo-regional-a-pais-encerrado-pela-covid-19.html>, acesso em 08 de março de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Antes exemplo no combate à Covid, Uruguai vê alta recorde de casos**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/antes-exemplo-no-combate-a-covid-uruguai-ve-alta-recorde-de-casos.shtml>, acesso em 10 de março de 2021.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Uruguai: viagens seguem suspensas para brasileiros, avisa Abav-RS**. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/economia/2020/10/760845-viagem-ao-uruguai-segue-suspensa-para-brasileiros-avisa-abav-rs.html>, acesso em 15 de março de 2021.

KUME, H; PIANI, G. Perspectivas da tarifa externa comum. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: BNDES, ano 8, Ed. 68, 2011. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2608:catid=28&Itemid=23, acesso em 10 de março de 2021.

LIMA, M. R. S. de. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. In: *Revista Lua Nova*. São Paulo, 2013, p. 167-201.

MERCOSUL. **Declaración de los presidentes del MERCOSUR sobre coordinación regional para la contención y mitigación del coronavirus y su impacto** (2020). Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19/>, acesso em 15 de março de 2021.

_____. 2020. **Esforço regional contra a pandemia: o MERCOSUL aprovou um fundo de emergência de US\$ 16 milhões que serão destinados totalmente para ao combate contra o COVID-19**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/esforco-regional-contra-a-pandemia-o-mercosul-aprovou-um-fundo-de-emergencia-de-us-16-milhoes-que-serao-destinados-totalmente-para-o-combate-contra-o-covid-19/>, acesso em 15 de março de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 no Brasil**. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html, acesso em 08 de março de 2021.

MINISTERIO DE SALUD. **Información epidemiológica**. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-COVID-19/sala-situacion>, acesso em 08 de março de 2021.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y BIENESTAR SOCIAL. **Contador COVID-19**. Disponível em: <https://www.mspps.gov.py/index.php>, acesso em 08 de março de 2021.

OLIVEIRA, M. O. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e MERCOSUL. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.41 n.1, Brasília Jan./June 1998. p. 5-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100001>, acesso em 24/02/2017.

REVISTA FÓRUM. **Má gestão na pandemia: Paraguios tomam as ruas de Assunção em ato gigante contra o presidente**. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/ma-gestao-na-pandemia-paraguios-tomam-as-ruas-de-assuncao-em-ato-gigante-contra-o-presidente/?fbclid=IwAR1cPAIr2H0PUE0wsMijBhjDfw5qDrJp1rGZt6ZloQWzI5dkBileAN72tRc>, acesso em 06 de março de 2021.

SISTEMA NACIONAL DE EMERGENCIAS. **Visualizador de casos coronavirus COVID-19 em Uruguay**. Disponível em: <https://www.gub.uy/sistema-nacional-emergencias/pagina-embebida/visualizador-casos-coronavirus-covid-19-uruguay>, acesso em 08 de março de 2021.

QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. In: *International Social Science Journal*, Paris, n.134, 1992, p. 549-557.